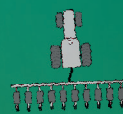
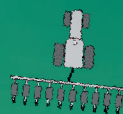
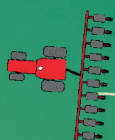


INSTITUIÇÕES, REGRAS E HÁBITOS

proposições teóricas
e aplicadas para estudos
rurais



JOÃO GARIBALDI ALMEIDA VIANA
PAULO DABDAB WAQUIL
(Organizadores)



A publicação constitui uma oportunidade de dar a conhecer os estudos e as pesquisas que estão sendo desenvolvidos no campo da economia institucional, sob perspectivas heterodoxa e evolucionária, em nosso país. Espera-se que a divulgação dessa obra ajude a compreender o campo de estudo da economia institucional, e estimule a realização de novos esforços de pesquisas acadêmicas e consequente publicação sobre a realidade contemporânea.

Prof. Silvio A. F. Cario
Programa de Pós-Graduação em
Economia - UFSC

João Garibaldi Almeida Viana
Paulo Dabdab Waquil
(Organizadores)

INSTITUIÇÕES, REGRAS E
HÁBITOS: proposições teóricas e
aplicadas para estudos rurais

Editora CRV - versão final do autor - João Garibaldi Almeida Viana/
Proibida a impressão e a comercialização

Editora CRV
Curitiba – Brasil
2020

Copyright © da Editora CRV Ltda.

Editor-chefe: Railson Moura

Diagramação e Capa: Designers da Editora CRV

Arte da Capa: shutterstock_Nattapol_Sritongcom/Openclipart public domain/
Pexels, Pixabay

Revisão: Analista de Escrita e Artes

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecária responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

IN59

Instituições, Regras e Hábitos: proposições teóricas e aplicadas para estudos rurais / João Garibaldi Almeida Viana, Paulo Dabdab Waquil (organizadores) – Curitiba : CRV, 2020. 242 p.

Bibliografia

ISBN Digital 978-65-5868-295-0

ISBN Físico 978-65-5868-278-3

DOI 10.24824/978655868278.3

1. Economia 2. Desenvolvimento rural 3. Economia institucional 4. Economia rural I. Viana, João Garibaldi Almeida. org. II. Waquil, Paulo Dabdab. org. III. Título IV. Série

CDU 338.43

CDD 333.7

Índice para catálogo sistemático

1. Economia 330

ESTA OBRA TAMBÉM ENCONTRA-SE DISPONÍVEL
EM FORMATO DIGITAL.
CONHEÇA E BAIXE NOSSO APLICATIVO!



2020

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV

Tel.: (41) 3039-6418 - E-mail: sac@editoracrv.com.br

Conheça os nossos lançamentos: www.editoracrv.com.br

Editora CRV - versão final do autor - João Garibaldi Almeida Viana/
Proibida a impressão e a comercialização

Conselho Editorial: Comitê Científico:

- Aldira Guimarães Duarte Domínguez (UNB)
Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR/UFRN)
Anselmo Alencar Colares (UFOPA)
Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)
Carlos Alberto Vilar Estêvão (UMINHO – PT)
Carlos Federico Dominguez Avila (Unieuro)
Carmen Tereza Velanga (UNIR)
Celso Conti (UFSCar)
Cesar Gerónimo Tello (Univer .Nacional
Três de Febrero – Argentina)
Eduardo Fernandes Barbosa (UFMG)
Elíone Maria Nogueira Diogenes (UFAL)
Elizeu Clementino de Souza (UNEB)
Élsio José Corá (UFSF)
Fernando Antônio Gonçalves Alcoforado (IPB)
Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)
Gloria Fariñas León (Universidade
de La Havana – Cuba)
Guillermo Arias Beatón (Universidade
de La Havana – Cuba)
Helmuth Krüger (UCP)
Jailson Alves dos Santos (UFRJ)
João Adalberto Campato Junior (UNESP)
Josania Portela (UFPI)
Leonel Severo Rocha (UNISINOS)
Lidia de Oliveira Xavier (UNIEURO)
Lourdes Helena da Silva (UFV)
Marcelo Paixão (UFRJ e UTexas – US)
Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)
Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)
Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL-MG)
Renato Francisco dos Santos Paula (UFG)
Rodrigo Pratte-Santos (UFES)
Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)
Simone Rodrigues Pinto (UNB)
Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)
Sydione Santos (UEPG)
Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)
Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)
- Ana Maria Ferreira Menezes (UNEB)
Ana Monteiro Costa (UPE)
Anderson Catapan (UTFPR)
André Nunes (UnB)
Antonio Isidro da Silva Filho (UNB)
Armando João Dalla Costa (UFPR)
Breno de Paula Andrade Cruz (UFRJ)
Carlos Alberto Ramos (UNB)
Clailton Ataídes de Freitas (UFSM)
Claudio Gontijo (UFSJ)
Daniel Arruda Coronel (UFSM)
Eduardo Armando (FIA)
Jose Carlos de Souza Santos (USP)
Luis Cláudio de Jesus Silva (UFRR)
Maria de Lourdes Rollemberg Mollo (UnB)
Marlete Beatriz Maçaneiro (UNICENTRO)
Mauricio Sardá de Faria (UFRPE)
Renata gomes de Jesus (IFES)
Vanessa de Oliveira Menezes (UNICENTRO)
Walter Bataglia (MACKENZIE)

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas *ad hoc*.

MUDANÇAS INSTITUCIONAIS NA FUMICULTURA DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL: análise da trajetória de vida das famílias produtoras

*Rafaela Vendruscolo
Paulo Dabdab Waquil*

Introdução

O tabaco, enquanto uma planta nativa das Américas e consumida por povos nativos difundiu-se por todo o mundo, adquirindo contornos diversos ao longo da história. Transformações no processo de produção e no consumo do tabaco marcam eventos acompanhados por momentos críticos e disputas em torno dos benefícios e malefícios da sua produção e de seu consumo. Apesar de disputas existirem desde o processo colonizador das Américas pela Europa, foi nos últimos 30 anos que a disputa entre os favoráveis e os contrários ao tabaco travou-se de forma intensa. Aliado a isso, transformações no mercado do tabaco, seja pelos aspectos concorrenciais do mercado internacional, seja pelas transformações no comportamento de consumo da população, acarretaram necessidade de adaptação dos atores envolvidos com essa cadeia produtiva. Com maior foco para esse artigo, observou-se que as transformações no cenário da fumicultura afetaram a vida e a realidade dos agricultores familiares produtores de tabaco, ao mesmo tempo em que são afetadas por eles. Nesse sentido, busca-se analisar como as transformações na fumicultura vêm afetando as interpretações e condutas das famílias produtoras de tabaco ao ponto de promover mudanças na realidade.

O processo de produção do tabaco assume contornos diferenciados em todos os países produtores. No Brasil, apesar de inicialmente ser produzido essencialmente em estados do nordeste e processado pelos próprios agricultores ou em indústrias locais, a produção ganhou escala com o processo de colonização alemã e italiana no sul do Brasil. Nesse espaço também começam a instalarem-se as indústrias de processamento dos fumos claros produzidos no sul do Brasil, constituindo fonte de renda para os colonos que aos poucos se instalavam nas novas terras. Desde então, diversas transformações ocorreram nas relações de trabalho, de comercialização, no processo produtivo, na vida e nas relações dos agricultores e das empresas fumageiras. Ao longo do século XX consolida-se um forte sistema agroindustrial, a partir de relações

integradas de produção e comercialização. Apesar disso, a produção de tabaco continua sendo produzida essencialmente por agricultores familiares, atrelados à agroindústria fumageira nos três estados do sul do Brasil, onde se concentra a maior parte da produção de tabaco brasileiro. Assim, compreende-se que a produção de tabaco no sul do Brasil consolidou-se sobre uma rede de atores engajados a partir de uma rede de compromissos convencionados, de interpretações e condutas compartilhadas, as quais são entendidas como instituições (VEBLEN, 1983; HODGSON, 2004, 2005, 2006; BOLTANSKI, 2011; BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006).

Contudo, como parte da vida social, diversos eventos ocorreram ao longo da história da fumicultura e da região estudada, colocando à prova as instituições vigentes. Assim, as classificações, as formas de julgamento, as qualificações já estabelecidas são questionadas conformando o que Boltanski e Thévenot (2006) chamam de “momentos críticos”. No cenário da fumicultura, principalmente nos últimos 30 anos, momentos críticos tornaram-se mobilizações de disputas, os quais, apesar de terem especificidades em relação ao tabaco, fazem parte de eventos mais amplos em torno da saúde humana e do meio ambiente, das relações trabalhistas, do desenvolvimento e da agricultura familiar.

De forma mais intensa a partir da década de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS), em suas conferências, passou a tratar o tabaco como uma pandemia global, a qual se tornou um dos focos de preocupação principais dessa organização. Como consequência, criou-se o acordo internacional chamado Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, ratificado pelo governo brasileiro em 2005, a partir do qual, diversas ações vêm sendo pensadas no sentido da diminuição do consumo de cigarros no mundo, bem como o suporte governamental para os produtores de tabaco que seriam afetados pela diminuição da necessidade de matéria-prima. Esse acordo está fundamentado nos movimentos de críticas intensificados nos últimos 30 anos, protagonizados por órgãos internacionais, ONGs, órgãos governamentais, etc., os quais se fundamentam, por vezes de forma fragmentada, por vezes, conjunta, em grandezas como a saúde pública, o desenvolvimento sustentável, a proteção da criança e do adolescente, a relação de trabalho justa, dentre outras que fundamenta as ações críticas contrárias ao consumo e à produção do tabaco. Com bases nessas grandezas, a rede antitabaco denuncia o Sistema Integrado de Produção de Tabaco²⁶ pelo alto uso de agrotóxicos que prejudicam a saúde dos trabalhadores, bem como do meio ambiente, como responsável pelo desmatamento já que consiste em um sistema produtivo que necessita de muita lenha para a secagem das folhas de tabaco, pela utilização de mão de obra infantil nas atividades na lavoura, comprometendo o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, bem como pelo que consideram uma relação de exploração das

26 O foco dessa análise está na produção de tabaco e não no consumo.

empresas fumageiras com os agricultores familiares integrados sendo, por tudo isso, uma cadeia produtiva que não gera desenvolvimento para as famílias e para as regiões envolvidas. Nessa direção, alguns estudos buscam fundamentar as perspectivas críticas (SCHNEIDER, 2010), bem como compreender as transformações ocorridas a partir desses movimentos (SCHEIBLER, 2006; SILVA, 2008, dentre outros).

Apesar de não se utilizarem exatamente dessas narrativas críticas, os agricultores familiares produtores de tabaco construíram ao longo dos mais de 100 anos de integração, denúncias próprias que são por eles acionados a partir de operações de mobilização contrárias as empresas fumageiras e, por vezes, aos governos. Um dos itens principais das denúncias dos agricultores está nas relações de comercialização do tabaco, o que gera insegurança e ansiedade dos produtores visto que não há garantias de preço e de lucratividade. Assim, a maioria dos agricultores reclama da forma como as empresas classificam a sua produção, sob a qual fundamentam o preço do produto. Por outro lado, denunciam a penosidade do trabalho braçal na fumicultura, bem como o desgaste por ele desenvolvido na medida em que o sol tem se tornado cada vez mais intenso, principalmente na hora da colheita, que, associado ao uso de agrotóxicos, vem prejudicando a saúde dos agricultores. Assim, reivindicam mais atenção dos governos para a agricultura familiar, criticando, ao mesmo tempo, as ações dos governos sobre a produção de tabaco no sentido de gerar mais insegurança do que auxílio a eles.

Os movimentos de crítica internacionais, associados às críticas locais, mobilizaram a emergência de ações governamentais no sentido de restrições ao consumo de cigarros e de aumento nas taxações sobre a produção desses, bem como, no que tange a produção do tabaco, atores governamentais criaram restrições de fiscalizações quanto a alguns aspectos das relações de integração, como o envolvimento de crianças e adolescentes na produção, o desmatamento para a secagem das folhas de tabaco, além da criação de políticas públicas de apoio a gradativa diminuição da produção de tabaco entre os agricultores familiares como, por exemplo, o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (PNDACT). Ações governamentais brasileiras em resposta às exigências da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Associado a isso e aos movimentos concorrenciais do mercado internacional, muitos países consumidores do tabaco brasileiro passaram a exigir matéria-prima produzida sem trabalho infantil, sem prejuízos ao meio ambiente e com relações de trabalho consideradas justas, bem como, exigem um produto de qualidade na medida em que o tabaco brasileiro se sustenta no mercado internacional sob essas características.

Nos espaços de disputa configurados nos momentos críticos, a rede de atores se desestabiliza, assim como a de instituições. Dessa forma, na medida

em que a disputa ocorre, por meio de críticas, denúncias e seus aportes de justificação, outros atores respondem às críticas, fortalecendo ou aprimorando os argumentos. Nesse momento em que as instituições são colocadas à prova, os atores em disputa justificam suas posições a ponto de remodelar ou criar novos engajamentos. A mudança, portanto, ocorre a partir dos novos engajamentos e novos quadros valorativos comuns que justificam esses engajamentos, quando a crítica possui força necessária para esse movimento. São esses impulsos que, na análise da realidade dos agricultores fumicultores, pode mudar a forma como interpretam e conduzem as suas atividades, identificando se os enraizamentos e os acordos foram afetados (BOLTANSKI, 2011).

Como resposta às críticas em relação ao tabaco, as quais construíram um sentido de desmoralização dessa cadeia produtiva, as empresas fumageiras, articuladas às suas representantes e outras organizações em torno da rede em defesa do tabaco, criaram estratégias de requalificação do tabaco, transformando as críticas em oportunidades. Seja por meio de operações midiáticas ou de mudanças nas suas condutas, a rede em defesa do tabaco vem promovendo um processo de reafirmação da fumicultura. Isso ocorre por meio de ações de conscientização dos produtores de tabaco quanto a não utilização do trabalho infantil nas lavouras, por meio de cartilhas e de projetos articulados com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como ações de conscientização sobre a segurança do trabalho com o tabaco, desenvolvendo e fornecendo equipamentos apropriados para a sua colheita e a manipulação dos agrotóxicos, além da conscientização da não utilização de mata nativa para a secagem do tabaco Virgínia. Além disso, possuem projetos de incentivo ao reflorestamento, como forma de combater o desmatamento, diminuir os custos de produção para o agricultor e ofertar outra fonte de renda. Nesse sentido, as empresas incentivam a diversificação produtiva, tendo o tabaco como uma das opções de diversificação. Assim, utilizando-se de argumentos científico e de operações midiáticas, as empresas apresentam a cadeia produtiva como a mais sustentável, que menos utiliza agrotóxico e que gera o desenvolvimento de muitas regiões, trazendo os termos utilizados na mobilização das críticas no sentido de potencializar a qualificação do tabaco.

Ainda nesse cenário de transformações, observam-se mudanças nos rumos das estratégias das empresas fumageiras, as quais estão promovendo algumas modificações na operacionalização do Sistema Integrado de Produção de Tabaco. As mudanças direcionam a cadeia produtiva para um processo de seleção gradativa dos agricultores familiares “mais aptos” a concretização das novas exigências, sejam legais, sejam do mercado consumidor. Assim, observou-se no trabalho de campo que as empresas fumageiras dão privilégios aos agricultores que cumprem as exigências legais de não utilização de mão de obra infantil, não desmatamento e que, principalmente, produzam

a matéria prima de acordo com as exigências de qualidade propostas pelas empresas. Dessa forma, conferem maior atenção e valorizam financeiramente os produtores fidelizados às empresas tanto no sentido da comercialização, quanto no sentido de seguirem os padrões de qualidade do tabaco em folha. Além disso, destacam-se as recentes iniciativas de promoção da agricultura mecanizada e da produção em larga escala do tabaco no nordeste brasileiro, o que vem gerando especulações sobre o futuro da atividade na região sul do Brasil. Esse processo acarreta exclusão de grande parte dos agricultores familiares produtores de tabaco, visto que apenas os fumicultores que atenderem as exigências permanecerão integrados à cadeia produtiva. Fato que ocorrerá gradativamente, principalmente a partir da estratégia de compra a baixos preços do tabaco de produtores integrados que não cumprem com a qualidade exigida, bem como a exclusão de quem não cumpre com as regras legais. Assim, o foco das empresas fumageiras têm sido investimentos em variedades e maquinários que permitam aumento de produtividade e qualidade do produtor. Com isso, o objetivo vem sendo diminuir o número de produtores, mantendo o volume de produção e, principalmente, a qualidade do produto.

Fato que vem sendo corroborado por produtores que buscam atender as exigências e, dessa forma, que não estão descontentes com a produção de tabaco, buscando aprimorarem-se cada vez mais no sentido de diminuir a penosidade do trabalho e atender às exigências das empresas, as quais recompensam de forma a valorizar o produto na hora da comercialização, bem como o produtor, por meio de acompanhamento e desenvolvimento de novas soluções para a produção. Essa narrativa é condizente com as narrativas das empresas fumageiras, perpetuando a produção fumageira a partir de mudanças nas estratégias da cadeia produtiva. Do grupo de agricultores entrevistados, 04 das 28 famílias entrevistadas compartilham essa narrativa e conduzem suas vidas nessa direção. Apesar de não ser uma pesquisa quantitativa, observou-se que o maior número de famílias está seguindo outras trajetórias de vida, sendo que algumas indicam mudanças institucionais para o futuro da produção de tabaco.

Diante do que se considera um novo direcionamento da cadeia produtiva do tabaco, o qual conduz a exclusão de grande parte dos agricultores familiares produtores de tabaco, objetivou-se analisar quais as trajetórias das famílias fumicultoras, tendo como fundamento metodológico a compreensão de mudança institucional a partir das ferramentas apresentadas por Veblen (1983), Hodgson (2004, 2005, 2006), Boltanski e Thévenot (2006) e Boltanski (2011). Para tal, em um primeiro momento, são apresentados os elementos teóricos da ideia de mudança institucional que orienta a posterior análise das trajetórias de pensamento e comportamento seguidas pelas 24 famílias entrevistadas que não seguem o padrão exigido pelas empresas na mesma

direção das anteriores e que apresentam constantes reclamações em relação à cadeia produtiva do tabaco.

Elementos para a análise da mudança institucional

Partindo de olhares complementares do institucionalismo, levando em consideração o que Théret (2003), inspirado na discussão de Hall e Taylor (2003), aponta como necessidade de aproximação das correntes, parece frutífero o encontro entre o Antigo Institucionalismo (VEBLEN, 1983), bem como de sua releitura (HODGSON, 2004, 2005, 2006, 2007), com a Teoria das Justificações de Boltanski e Thévenot (2006), Boltanski e Chiapello (2009) e Boltanski (2011), para compreender os processos de mudança no cenário pesquisado. A relevância de compreender instituições a partir desta abordagem está em olhar a sociedade a partir da forma como os indivíduos pensam e se comportam e assim pode-se afirmar que determinada regra ou norma é uma instituição na medida em que for legitimada pelos atores envolvidos, ou ainda, interpretada da mesma forma pelos atores que a compartilham. Para tal, as instituições são compreendidas como interpretações e condutas compartilhadas, as quais se fundamentam em justificações, princípios valorativos de equivalência que podem mudar a partir das dinâmicas de disputas, críticas ou demais situações cotidianas que permitam a emergências de novas interpretações e condutas.

A concepção teórico-metodológica para compreender a mudança institucional ou a não mudança constrói-se a partir do aporte evolucionário do antigo institucionalismo, a partir da releitura de Hodgson²⁷, associado aos elementos e ao processo de mudança proposto por Boltanski e Chiapello (2009) ao analisarem as transformações no capitalismo, bem como de Boltanski e Thévenot (2006), ao construírem uma teoria das justificações, além da obra de Boltanski (2011), *De La Critique*. Os pontos de convergência são apresentados nesta seção conformando a linha de raciocínio teórica que fundamenta o objetivo que visa analisar as trajetórias das famílias fumicultoras nos últimos 30 anos, com vistas a identificar mudanças nas suas formas de interpretar o tabaco e conduzir suas vidas, diante das transformações no cenário da fumicultura.

A pesquisa pressupõe a análise conjunta das transformações nos espaços micro²⁸ e macro, envolvendo o social, cultural, econômico e político em dimensões integradas, ou seja, deixando de lado as estratificações analíticas

27 Hodgson (2004, 2005, 2006) faz releituras da teoria de Veblen ao final do século XX, identificando a ausência de clareza no aporte teórico e metodológico da mudança institucional em Veblen. Tanto que Veblen (1983) compreende que a importância em analisar a mudança institucional está em afirmar e identificar que as instituições mudam com a evolução das sociedades, e não analisar em que momento elas mudam.

28 Contudo, destaca-se que o foco desse artigo está nas mudanças que se processam entre os agricultores familiares produtores de tabaco.

recorrentes nas ciências sociais. Enquanto categoria analítica, as instituições, conforme o conceito exposto, permitem analisar a vida e a sociedade em todas as suas dimensões. Dessa forma, a complementação entre algumas noções da Teoria das Convenções e das Justificações de Boltanski e Thévenot e o Antigo Institucionalismo norte americano de Veblen, como parte do institucionalismo histórico²⁹, está na busca por compreender o comportamento e as justificações tanto no espaço micro quanto macro das relações sociais.

Em seu livro mais recente, Boltanski (2011) relata o poder das instituições como instâncias de confirmação, responsáveis pelo trabalho de manutenção e solidificação da realidade, conferindo a ela uma estabilidade mínima. Estas confirmações são orientadas no sentido da qualificação, compreendendo o processo de justificação construído por Boltanski e Thévenot (2006). Dessa forma, o objetivo principal, tanto na obra de Veblen, quanto na percepção de Boltanski (2011) não é um processo de denúncia da dominação das instituições aos indivíduos que a desconhecem, nem a percepção das mudanças institucionais em direção as mais eficientes, mas a compreensão da realidade a partir das percepções dos atores, as quais se situam em interpretações coletivas.

A análise Vebleniana das instituições é desenvolvida a partir de sua natureza evolucionária, a partir de um processo de evolução oriundo das interações sociais, as quais são imprevisíveis e influenciadas pelas instituições sociais existentes, além de hábitos de comportamentos e pensamentos que podem evoluir para sua institucionalização³⁰. A perspectiva evolucionária desenvolvida por Veblen busca analisar o processo de mudança em curso. As instituições estão em constante processo de transformação, sendo este constitutivo do processo de evolução da estrutura social, sem caracterização valorativa em termos de instituições mais ou menos eficientes. Segundo Veblen (1983, p.88), “as instituições tendem a mudar com a mudança das circunstâncias, uma vez que é de natureza do seu método habitual corresponder aos estímulos que estas circunstâncias variáveis lhes proporcionam. O desenvolvimento dessas instituições é o próprio desenvolvimento da sociedade”.

29 Segundo tipologia de Théret (2003) inspirada em Hall e Taylor (2003).

30 Entretanto, a perspectiva evolucionária vai além do evolucionismo antropológico, da evolução histórica das instituições weberianas e da abordagem da Nova Economia Institucional. Destaca-se que o processo evolucionário de Veblen não estigmatiza grupos sociais a partir de uma escala evolutiva de desenvolvimento do mais primitivo ao civilizado, pois a evolução institucional não levará a sociedade ao melhor estágio de desenvolvimento. Além disso, a evolução institucional não é um resultado eficiente como pressupõe a Nova Economia Institucional. A eficiência ou não das instituições não é o foco da análise do Velho Institucionalismo, pois estas sendo originárias das interações sociais, os resultados serão imprevisíveis. Além disso, as interações sociais não são compreendidas como ações sociais, nem as instituições como resultado da conduta racional dos indivíduos, bem como o foco de análise ultrapassa o individualismo metodológico presente nos estudos de Weber.

Assim, a percepção sobre mudanças na sociedade apenas ocorre a partir da mudança nos hábitos mentais dos indivíduos que compõe um determinado grupo social. Para Veblen (1983) um determinado padrão de vida constitui um hábito na sociedade, o qual constitui uma reação a determinado estímulo. Novos estímulos ou novas circunstâncias sociais ou ambientais podem gerar novos hábitos, os quais podem institucionalizar-se na medida em que passam a ser compartilhados por um determinado grupo. Da mesma forma, “a dificuldade em abandonar um padrão estabelecido consiste na dificuldade em quebrar um hábito já formado” (VEBLEN, 1983, p. 51). As mudanças institucionais dependem das características históricas do grupo social e de sua trajetória, tendo, deste modo, as categorias tempo e espaço como aspectos relevantes para a análise evolucionária das instituições. Logo, a formação de novas instituições não é percebida em um curto espaço de tempo, acarretando na análise de trajetórias de uma comunidade ou de um grupo social. Ainda, a mudança institucional é paradoxal na análise Vebleniana, pois a herança institucional influencia na resistência dos indivíduos à mudança, como exposto por Veblen (1983) sobre os hábitos mais antigos, bem como influencia na formação de novas instituições.

Para analisar o processo de emergência de novas instituições, tendo em vista a necessidade de maior clareza metodológica da perspectiva vebleniana, Hodgson (2001) propõe a compreensão da emergência de novas instituições a partir de um processo de causação reconstitutiva de cima para baixo (*reconstitutive downward causation*). Analisar as instituições sob este aspecto significa considerar a agência e a estrutura de forma integrada. Nas palavras de Hodgson (2006, p.146), “ator e estrutura institucional, embora distintos, estão conectados num círculo de interação mútua e interdependência”. Este processo é definido por Hodgson (2006) como *reconstitutive downward causation*, ou seja, das interações entre os indivíduos e destes com a sociedade surgem propriedades específicas, denominadas de propriedades emergentes, as quais emergem somente na ação coletiva. O processo de *reconstitutive downward causation* é diferente e mais complexo do que meramente uma mudança temporária de um hábito (HODGSON, 2006). Contudo, é necessário destacar, conforme Veblen, que “a situação de hoje modela as instituições de amanhã mediante um processo seletivo e coercitivo, atuando na habitual opinião humana sobre as coisas, e assim alterando ou revigorando um ponto de vista ou uma atitude mental herdada do passado” (1983, p.88).

Essas noções são fundamentais para a compreensão da mudança, na medida em que somente ocorre a mudança institucional se na interação social os indivíduos mudarem seus hábitos de pensamento e de comportamento e não de forma temporária apenas sob a pressão fiscalizadora de uma lei, por exemplo. Assim, a evolução e mudança institucional dependem da compreensão

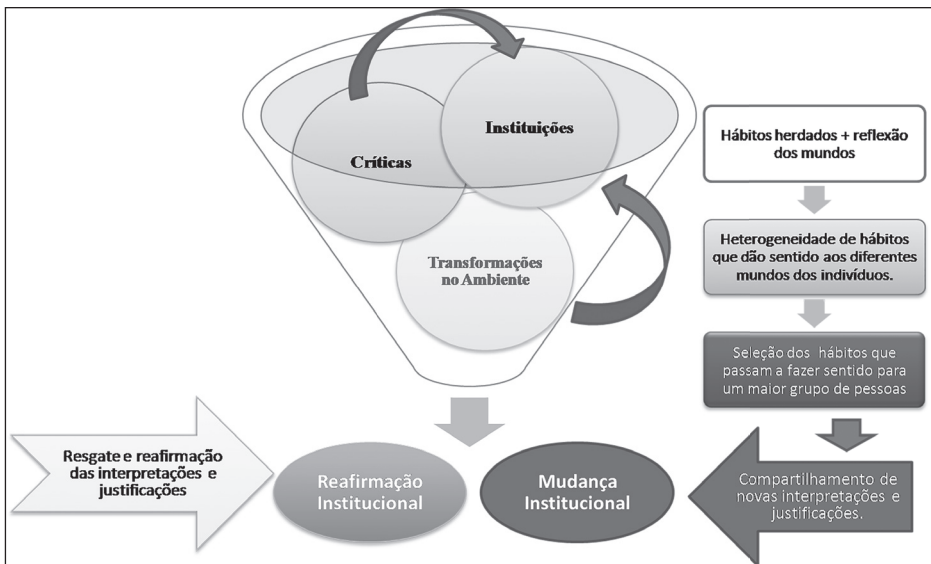
de conceitos como a herança, a variação e a seleção. A herança constitui o processo pelo qual os hábitos e instintos são adquiridos, não de forma genética (biológico), o que significa que a evolução das instituições depende de um processo histórico e geracional (HODGSON, 2005). Por sua vez, a seleção das instituições decorre de uma variabilidade de hábitos que mesclam as características herdadas e emergentes das interações sociais. Assim, a seleção ocorre tanto de forma intencional, como escolhas dos indivíduos, como de forma não intencional, quando estes agem diante de elementos imprevisíveis nas relações sociais (HODGSON, 2005). Assim, no processo de evolução ocorre a seleção de uma série de hábitos a partir de processos que envolvem escolha a partir do contexto social ou a adaptação dos indivíduos a diversas circunstâncias e mudanças no ambiente institucional. A emergência de uma instituição perpassa um processo de transformação de um hábito em uma regra de conduta do grupo social, o qual passa a comportar-se de acordo com o pensamento compartilhado pelo grupo sobre determinada situação. Ou seja, primeiro se estabelece como tradição, como hábito de pensamento e depois como regra de conduta, assim toda a comunidade passa a agir desta forma, pois primeiro passaram a pensar desta forma (convencionaram).

Quanto ao processo de mudança, a noção de Hodgson é complementada pela análise da crítica e das disputas como mecanismos de mudança de Boltanski e Thévenot (2006) e Boltanski e Chiapello (2009), visto que a releitura de Veblen assenta-se sobre o processo de adaptação a partir de transformações na sociedade, como motivação para a mudança. Boltanski (2011), em *De La Critiqué*, ao reconhecer o poder das instituições, reconhece que ao mesmo tempo elas desempenham a função de segurança semântica e de violência simbólica, sendo a crítica uma categoria importante para compreender as destabilizações na realidade. Assim, a crítica gera instabilidades na segurança institucional, sendo um potencial para a mudança, apesar de ela não poder se tornar uma instituição (BOLTANSKI, 2011).

Com base nisso, elencou-se as ferramentas analíticas, como resultado da soma de noções aqui apresentadas, para analisar as mudanças ou as propensões a mudanças na realidade das famílias fumicultoras a partir das transformações no cenário da fumicultura, muitas oriundas das críticas. Entender a mudança institucional, com esse objetivo, consiste em compreender como os diferentes indivíduos interpretam, conduzem e formalizam hábitos, que são, por natureza, heterogêneos e que ocorrem de forma não linear, o que demonstra o dinamismo e a complexidade com que as instituições mudam (AGNE, 2014). Aliado a essa compreensão, compreende-se, ainda, que o ambiente de incerteza, seja pela emergência de momentos críticos, seja por transformações no ambiente, exigem que os atores reflitam e mobilizem justificações que confirmem a sua realidade, ou transformem as suas condutas a partir de novas interpretações e

justificações que emergem de hábitos oriundos dos mundos de algum ator que passa a ser imitado, fazendo sentido para mais atores e, assim, institucionalizam-se conformando novas realidades. A retomada do neoinstitucionalismo de Hodgson (2006), a partir da concepção de *reconstitutive downward causation*, clareia a concepção Vebleniana, a qual apresenta a interação mútua e interdependente entre ator e estrutura institucional, como germen do processo de mudança. O processo de institucionalização ocorre a partir da interação entre atores e destes com a estrutura institucional herdada, as quais, aliadas a processos de crítica e de transformações no ambiente podem provocar mudanças institucionais.

Figura 1 – Quadro analítico sobre mudança institucional que orienta esta pesquisa



Fonte: elaborado pela autora (2017).

As mudanças institucionais ocorrem a partir da interação entre processos de crítica, transformações no ambiente, as quais ocorrem em um ciclo envolvendo o ambiente macro e microinstitucional. Esses gatilhos podem provocar a mudança institucional, observada a partir da mudança na forma como os atores interpretam, conduzem e justificam as suas atividades. Ou ainda, podem afirmar as instituições já existentes, dando novos contornos, mas sem provocar mudanças na forma como os atores conduzem suas atividades e interpretam e justificam suas condutas.

No cenário posto em análise, compreende-se que com as manifestações críticas promovidas pela OMS e por outros órgãos baseados em pesquisas científicas, as quais geraram instabilidades nas interpretações acerca do tabaco

em torno da Convenção-Quadro para o controle do Tabaco, as críticas internas às relações entre os agricultores e as empresas integradoras, aliadas às transformações no comércio internacional e no ambiente concorrencial com outros países produtores de tabaco, bem como demais transformações em espaços locais, como a problemática de mão de obra no rural, entre outras, criou um ambiente de incerteza na qual os atores viram-se compelidos a justificar as suas ações. Ao mesmo tempo, alguns atores mobilizaram reflexões as quais, oriundas dos mundos em regimes metapragmáticos, passaram a questionar as suas realidades, as suas ações, e, assim, remodelaram as suas interpretações sobre a produção de tabaco, adaptando-se a hábitos que passaram a emergir no entorno e, assim, selecionando novas condutas, novas interpretações e novas formas de justificar as suas ações. Aspecto, principalmente verificados entre alguns agricultores familiares fumicultores, revelando a heterogeneidade de trajetórias selecionadas a partir da variação de hábitos. Entre o universo de agricultores entrevistados, portanto, observou-se diferentes agrupamentos que, compartilham diferentes interpretações, seja para manter as instituições vigentes, seja para justificar as suas novas condutas.

A heterogeneidade das trajetórias das famílias produtoras de tabaco na direção de mudanças institucionais

Ao analisar as trajetórias de vida dos agricultores familiares foram encontradas famílias que manifestam descontentamento com a produção de tabaco, desestabilizando as instituições que davam sentido às suas ações e, assim, construindo novas interpretações e justificações para condutas que vêm sendo visualizadas como norteadoras de suas vidas. Dentre essas famílias, categorizou-se, para melhor análise, em três subgrupos de acordo com as novas interpretações e condutas: famílias que substituíram a produção de tabaco por outras formas de sobrevivência como a produção de hortigranjeiros ou carne de gado ou adentraram em outras cadeias produtivas como a do leite de vaca; famílias que almejam substituir a produção de tabaco, mas não encontraram alternativas viáveis que lhes permitissem deixar de produzir tabaco; e, famílias que vêm substituindo a produção de tabaco a qual era a fonte principal de renda, pela produção de soja como atividade principal, a qual vem acompanhada da diversificação da propriedade. Destaca-se que essas famílias mudaram as suas interpretações, principalmente focadas nos vínculos tradicionais com o tabaco e na compreensão dessa produção como única alternativa de renda nessas áreas, bem como geradora de desenvolvimento, na medida em que, somando os riscos à saúde, os baixos preços pagos pelo produto e a penosidade do trabalho, compreendem que essas instituições estão relacionadas ao passado da cadeia produtiva do tabaco, considerado como

“tempos de vacas gordas”. Com isso, identifica-se que esse é um processo de mudança da rede de instituições que sustentam a produção de tabaco, a qual, apesar de ainda ser usada para justificar a cadeia produtiva, vem sendo substituída por novas interpretações, justificações e condutas.

Primeiramente, destaca-se a direção seguida por agricultores familiares fumicultores de conversão do modelo produtivo da propriedade e, portanto, o abandono da produção de tabaco. Conduta e interpretação que vai ao encontro das propostas teóricas e governamentais da diversificação das áreas cultivadas com tabaco. A troca produtiva acarretou mudança significativa no modo de vida das famílias, impulsionadas por desilusões com a produção de tabaco, bem como pelo encontro de alternativas economicamente viáveis e mais satisfatórias, de acordo com suas justificativas. Nesse processo, as famílias não se dispuseram ao processo de mudança exigido pelas empresas, buscando novos rumos produtivos. Esses, por sua vez, são fruto de uma postura dos agricultores que se dispuseram a buscar e construir novos mercados, alguns trocando para outras cadeias produtivas, enquanto outros se aventuram na construção de mercados de proximidade, de cadeias curtas, venda direta e etc. Esse processo de mudança, por vezes, tem o apoio de órgão de assistência técnica e extensão rural, de atores locais e de políticas públicas, o que por vezes não acontece, sendo uma iniciativa solitária da família.

Seis, das 28 famílias entrevistadas, deixaram de produzir tabaco, buscando novas alternativas produtivas para a sobrevivência no meio rural. Assim, são seis famílias que realizaram a conversão da propriedade, substituindo a produção de tabaco por outras fontes de renda como: produção de leite, gado de corte e hortifrutigranjeiros, principalmente. A mudança de mentalidade apresentada pelas famílias consiste em uma trajetória que compreende e existência de outra ou de outras atividades como capazes de sustentar a família e, principalmente, com menos mão de obra, trabalho penoso e insegurança climática. Assim, apesar de continuar acreditando que a produção de tabaco garante boa rentabilidade aos pequenos produtores rurais, consideram que, atualmente, podem optar por atividades que não lhes garanta tanta rentabilidade, mas outros ganhos. Esse processo de mudança reforça a compreensão de que não é uma instituição que justifica a conduta dos atores, mas uma rede, um emaranhado de interpretações que mobilizam a realidade social.

Finalizar a produção de tabaco consistiu em uma decisão em médio prazo, visto que outras possibilidades de renda vinham sendo planejadas e executadas. Com isso, observa-se que deixar de produzir tabaco não é uma conduta concomitante a uma ou mais novas produções e sim posterior. A trajetória das famílias analisadas não é homogênea, sendo alguns aspectos comuns e outros que merecem destaque pela sua diversidade, compreendendo que não há homogeneidade entre os produtores de tabaco, bem como na agricultura

familiar de modo geral. Dessa forma, trata-se aqui de uma conduta que levou à busca por outra atividade produtiva que, inclusive, põe fim a sua identidade de fumicultor para situar-se em outra identificação profissional. Essas famílias, portanto, não são apenas ex-fumicultoras, mas produtores de hortaliças, feirantes, produtores de leite e criadores de gado, dentre outras classificações que acompanham a identificação de agricultor familiar ou colono. A mudança institucional, nesse sentido, passa, portanto, por uma mudança identitária, em que a família rompe com o vínculo com uma planta, com uma rotina, com um modo de vida e uma série de conhecimentos desenvolvidos e herdados. E, além disso, está disposta a construir uma nova identidade, novos conhecimentos e novos vínculos, ou estreitar os já existentes em outra atividade produtiva, com a qual possui outras relações.

As motivações para isso, não são diferentes das demais famílias que estão descontentes com a produção de tabaco, ou alguns problemas bem corriqueiros na agricultura familiar contemporânea. Dificuldade de mão de obra, de sucessão, trabalho penoso com o tabaco, pouca valorização das empresas na hora da venda, riscos agrícolas como granizo – o que mais gera insegurança na produção de tabaco – dentre outras que motivam as famílias a construir suas críticas e exporem suas denúncias. Por essas denúncias, essas famílias passaram a investir em outra atividade. Cada qual com seu processo e sua trajetória, as famílias buscaram diferentes atividades de acordo com a interação de critérios como: oportunidade, aptidão, preferências, necessidade de mão de obra, disponibilidade e característica das terras, mercado e disposição para construir mercado, apoio de políticas públicas e assistência técnica e extensão rural.

Para as seis famílias analisadas, a busca pelas novas atividades não tiveram uma influência direta de políticas públicas ou entidades. As atividades foram escolhidas pelos próprios agricultores, bem como, buscaram ou construíram os mercados individualmente. Contudo, ao longo do desenvolvimento da trajetória de vida e das atividades, as famílias vêm buscando e tendo o apoio de políticas públicas e de entidades envolvidas com o rural. É o caso do apoio dos escritórios municipais da EMATER-RS, seja com orientações técnico-produtivas, seja com informações e a inserção em políticas públicas. Contudo, os agricultores buscam referências também em outros lugares como, por exemplo, troca de informação entre produtores, internet e agropecuárias, além de todos destacarem a construção do conhecimento por meio da prática, das experiências na propriedade e nas experiências dos vizinhos.

Os técnicos da EMATER-RS também possuem um papel fundamental na inserção de alguns desses agricultores no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Duas das famílias entrevistadas comercializam ou já comercializaram suas hortaliças e frutas para a alimentação escolar no próprio município. Apesar de ser um importante canal de comercialização da agricultura

familiar brasileira na atualidade, o papel do PNAE não é significativo nas narrativas das famílias entrevistadas, mesmo as que estão inseridas nessa política pública. Em um dos municípios pesquisados, destaca-se, ainda o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco e o Programa de Promoção da Agricultura Familiar Sustentável, chamadas pelos seus atores, respectivamente, como chamada da diversificação e chamada da sustentabilidade.

Quanto a políticas de financiamento, os agricultores reclamam da falta de apoio governamental para aquisição, por exemplo, de materiais para a construção de estufas para plantio das hortaliças. Destaca-se, ainda, que desde o momento da migração para outra atividade, cinco das seis famílias não têm mais acionado programas como o PRONAF e, assim, as atividades vêm sendo custeadas pelos próprios agricultores com recursos, em sua maioria, advindos da produção de tabaco que lhes permitiram investir em novas atividades. No caso da família produtora de leite, os financiamentos não são mais possíveis em virtude do endividamento da família por conta de frustrações de outras atividades como a criação de suínos e aves, as quais foram derivadas de financiamentos ainda em débitos.

As trajetórias das famílias, acima descritas, possuem, portanto, um ponto de ruptura com a produção de tabaco, a qual varia de famílias que romperam o vínculo há 08 anos até famílias que romperam há 01 safra do ano das entrevistas (2015). Entretanto, as seis famílias analisadas são agricultores que, ao mudarem as suas trajetórias de vida e suas interpretações sobre a produção de tabaco e alternativas de geração de renda no meio rural, foram estigmatizados por vizinhos e familiares. A percepção do grupo, o qual os agricultores fazem parte, consiste em um dos critérios importantes para as escolhas sobre o que pensar e o que fazer. Conforme expôs Hodgson (2006), a coerção do grupo social pode ser um dos fatores importantes para a dificuldade das mudanças institucionais. Sendo seres sociais, a identidade, as relações e a aceitação são componentes de uma moral, a qual constitui cada sujeito e, dessa forma, interfere nas suas escolhas, assim como suas escolhas interferirão nesses componentes da vida social.

Por fim, as seis famílias agricultoras são unânimes em afirmar que a mudança e, principalmente a decisão de parar com a produção de tabaco não é tarefa fácil. Além disso, em suas narrativas não criticam os produtores que continuam a cultivar o tabaco, pois justificam que é difícil encontrar alternativas de geração de renda nessas regiões. Assim, consideram como uma escolha possibilitada pelo encontro de uma ou mais atividades que lhes dessem satisfações e rendimentos. Mesmo que os rendimentos não sejam os mesmos da produção de tabaco, o momento da vida da família, a qual possui determinada estrutura e realização de sonhos como casa, carro, permitiu escolher por um modo de vida que é qualificado por eles como menos trabalhoso.

Como afirma a agricultora de 54 anos: “a gente vê que nós temos outra opção de sobrevivência, né. Agora podemos escolher” (FAMÍLIA 04, 2015). Esses agricultores salientam que a estrutura atual é oriunda da produção de tabaco, o que permitiu não precisar mais dos vínculos com esse actante.

Com isso, destaca-se que o processo de mudança na forma como os agricultores familiares fumicultores interpretam e conduzem a produção de tabaco é compreendido pelo ferramental teórico e metodológico da mudança institucional. Ao encontro do que propõe a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, os agricultores aqui categorizados reagiram às reflexões em torno dos movimentos internos e externos de crítica, encontrando alternativas que demandassem menos mão de obra, menos penosidade de trabalho, e menor utilização de agrotóxicos. Como aspectos necessários para que essa mudança encontre mais adeptos, a partir da observação dos próprios agricultores, é necessária uma política pública de efetivo apoio para que os agricultores possam ter maior segurança de ganho financeiro enquanto as novas alternativas não se efetivem já que compreendem que o processo não é rápido, mas exige a construção de conhecimento e de estruturação de um novo modo de vida, novas relações cotidianas de trabalho. Um dos pontos fundamentais, também destacados, é a necessidade de assistência principalmente no que tange a busca por mercados que não estejam estruturados em uma cadeia produtiva, o que também será destacado pelo grupo que será analisado no próximo item.

Como segundo grupo analisado como representativo de uma mudança institucional, destacam-se famílias descontentes com a produção de tabaco, que apesar de terem encontrado possibilidades de renda, as quais gostariam de realizar e transformar a propriedade, ainda possuem resistências em converter totalmente a propriedade. Portanto, observa-se que as famílias mudaram a forma de pensar, as suas interpretações e vínculos com a produção de tabaco, mas consideram difícil a ação de conversão. Compreende-se que, nesse sentido, a mudança institucional ocorre na direção de interpretações que não considerem o tabaco como a única possibilidade de renda e de modo de vida das famílias dessa região. Com isso, torna-se mais propícia a mudança da conduta desses agricultores que já justificam e manifestam novas vontades e novas compreensões em torno do seu modo de vida e do tabaco. Contudo, esses agricultores precisam de apoio que é por eles reivindicado ao manifestar as justificativas de ainda não conversão.

Essas são as interpretações e condutas encontradas nas narrativas de seis famílias entrevistadas, as quais têm, ao longo dos anos, buscado alternativas à produção de tabaco. A mudança de pensamento ocorre a partir dos descontentamentos com a produção nos últimos anos, passando a observar a atividade produtiva como penosa e degradante em relação à saúde. São famílias, portanto, que não vêm seguindo as orientações das empresas fumageiras

na direção da modernização produtiva e da busca pela qualidade do tabaco. Ao invés disso, rumam na tentativa de encontrar uma nova identidade para a família e para a propriedade. Entretanto, os vínculos com o tabaco ainda os permitem a continuidade da atividade, seja porque algumas famílias ainda não encontraram uma ou mais fontes de renda viáveis para a conversão, seja porque a atividade ainda não se desenvolveu de acordo com o esperado, ou necessitam de maior apoio para tal.

Entretanto, compreende-se que as antigas instituições e pactos em relação à produção de tabaco foram abalados na trajetória dessas famílias. Emerge a interpretação de que, unindo o trabalho penoso, a necessidade de maiores investimentos e a saúde da família, o tabaco não seria mais a única alternativa para a propriedade. Além disso, essas famílias estão revendo os vínculos familiares e identitários com a produção, dispendo-se a construir novos vínculos e novas identidades e, assim, rompendo o pacto familiar. Essas percepções e mudanças são influenciadas pelas transformações contemporâneas no rural e as novas dinâmicas que vêm construindo novos significados entre o rural e o urbano. E, por fim, apesar de perceberem o tabaco como fonte de renda e desenvolvimento da propriedade na conquista de terra, casa e sustento da família, apontam como aspectos relacionados a um período histórico de valorização do tabaco, o que não percebem para o futuro.

Os investimentos para começar uma nova atividade ou, ainda, legalizar uma atividade já em andamento são os principais entraves para a mudança de conduta das famílias que já mudaram a sua interpretação sobre a produção de tabaco. Apesar de reconhecerem que, atualmente, há maior facilidade no financiamento das atividades rurais, todas as famílias dessa categoria reivindicam maior apoio governamental, o qual não condiz com as políticas atuais. Os investimentos na produção de tabaco realizadas nas propriedades ao longo dos anos são desqualificados por esses agricultores que são alheios ao risco de novos compromissos financeiros que os mantenham presos a outra atividade. A garantia de mercado, de preço, de recurso sem necessidade de pagamento e a diminuição da burocracia são algumas das reivindicações, por eles acionadas, que os permitiriam mudar de conduta.

Aspectos levantados pela família 07, a qual possui tradição na produção de derivados de cana-de-açúcar, tais como melado e açúcar mascavo, bem como na participação de uma pequena feira na cidade há 30 anos. A falta de recurso e as exigências sanitárias são os principais entraves da mudança nesse caso. Aspectos também compartilhados pelas famílias 25 e 27, as quais, mais recentemente, também vêm testando alternativas de produção e fonte de renda. Nesses casos, a produção de tabaco Virgínia foi aumentando e ocupando todo o tempo de trabalho das famílias que, apesar de continuarem a produção de alimentos para o consumo familiar, não possuíam outra fonte de renda, assim

como destacado pela família 06. Nos últimos 03 anos, as famílias 25 e 27 iniciaram pequenas atividades de produção e venda informal de derivados de cana-de-açúcar, milho, frango e ovos. Beneficiários do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, as famílias 25 e 27 vêm buscando, juntamente com a EMATER-RS (executora do programa), pensar em atividades que possam diversificar a propriedade e diminuir a produção de tabaco. Além dos fatores já apresentados pelas demais famílias analisadas nessa categoria, as famílias 25 e 27 reclamam da escassez e dos altos custos com a mão de obra necessária para a produção de tabaco Virgínia, diminuindo a lucratividade, o que torna o tabaco menos atrativo para essas famílias que, por ter pouca mão de obra familiar, necessitam contratar prestadores de serviço, principalmente, na época de colheita do tabaco.

Analisando a trajetória de vida dessas duas famílias, a partir de suas narrativas, observa-se o papel importante da EMATER-RS por meio do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, visto que constituem famílias que não eram assistidas pela entidade antes do Programa. As famílias possuíam vínculos e assistência do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), bastante atuante no município na direção da diversificação das lavouras de tabaco e da sustentabilidade. Os cálculos financeiros e a oportunidade de mercado, aliado à influência dos meios de comunicação e a participação da família no Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco formam a complexa interação que permite a reflexão e as mudanças de interpretação na vida social.

A formalização de uma agroindústria nem sempre é uma alternativa viável para a agricultura familiar em virtude de fatores que merecem análise. Aspecto visualizado na trajetória de vida da família 12, a qual mudou suas interpretações em relação ao tabaco, buscando formalizar a produção de cachaça realizada tradicionalmente no município. A influência e o apoio partiram dos irmãos que moram e trabalham em outro Estado, o que motivou a construção de uma estrutura para a produção de cachaça. O investimento foi financiado com recursos do BNDES, o que possibilitou a formalização da agroindústria. Os altos investimentos, os altos impostos sobre a cachaça e os baixos rendimentos mobilizaram o agricultor a retornar ao cultivo do tabaco, mesmo descontente com a atividade fumageira. A família voltou a produzir tabaco como forma de pagamento dos investimentos, conjuntamente com a atividade produtiva de cachaça. Entretanto, pela disposição a mudanças, a família optou também pela produção de fumo orgânico, sendo uma das primeiras famílias a aceitar o desafio proposto pela empresa Souza Cruz no município.

Ao analisar as trajetórias de vida dessas 06 famílias produtoras de tabaco, observam-se as dificuldades na mudança de conduta mesmo após novas interpretações emergirem das reflexões dos agricultores. O descontentamento com

a produção de tabaco é compartilhado por todos que, ao buscarem abandonar a produção, deparam-se com o que consideram: falta de apoio governamental, dificuldades burocráticas, falta de recursos e mercado para as atividades escolhidas, conforme denunciam as famílias. Observa-se, portanto, que apesar dos avanços na criação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar como, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (PNDACT), as demandas dos agricultores ainda não são atendidas, principalmente no que tange à diversificação dos produtores de tabaco. Políticas mais efetivas para o apoio à produção em menor escala como: desburocratização, acesso a tecnologias para produção em pequena escala, oferta de recurso a fundo perdido para novas atividades, diminuição dos custos de produção, são algumas das possibilidades que atenderiam a demanda dos agricultores. Em detrimento disso, as políticas públicas para a agricultura familiar vêm incentivando, principalmente, a produção de soja, interpretação mencionada por muitos agricultores, e que tem levado a outra mudança institucional encontrada no setor da fumicultura: a migração dos fumicultores descontentes com a produção de tabaco para a produção de soja.

Como terceira categoria de mudança, observou-se as condutas e interpretações de alguns agricultores que direcionam a trajetória de vida para investimentos e mudança de identidade produtiva no sentido da sojicultura. Justificados pela facilidade de crédito para a compra de maquinários, facilidade de mercado e preços altos, bem como menor necessidade de mão de obra, quatro famílias entrevistadas vêm investindo na produção de soja. Fato que corrobora com a mudança de paisagem nas zonas fumicultoras, em que a soja tem possibilidade de expansão. Terras que antes eram consideradas dobradas e dificultavam a entrada de maquinários para a produção de soja, agora são adaptadas para a expansão agrícola sojicultora em fase de crescimento. Ou, ainda, os produtores de tabaco, por falta de terras, buscam arrendamento em terras vizinhas que possibilitam adentrar ou expandir essa produção. Apostas realizadas por agricultores que possuem a característica de diversificar a propriedade, não apenas pelo descontentamento com a produção de tabaco, mas tendo, desde sempre, identidades diversas vinculadas aos sistemas produtivos. Com isso, salienta-se que há uma direção que mostra a mudança institucional dos produtores de tabaco e de zonas produtoras de tabaco no sentido da expansão da sojicultura, acompanhando as políticas públicas de incentivo à agricultura familiar, interpretadas pelos agricultores como de incentivo a algumas cadeias produtivas, e o contexto brasileiro de expansão da produção de soja.

Uma das características que unem 03 das 04 famílias entrevistadas e que se enquadram nessa direção consiste na sucessão da propriedade. Possuem, portanto, um dos filhos que já dão continuidade ao desenvolvimento da propriedade

dos pais, tendo um bom entendimento no sentido de inovações, diversificação, investimentos e, portanto, mudanças. Nessas famílias, portanto, a opinião e os sonhos dos filhos vêm sendo levados em consideração na direção escolhida para a propriedade. Outra característica destacada nas 04 famílias é a diversidade produtiva, não apenas na produção para autoconsumo, mas na diversidade de fontes de renda, as quais sempre ocorreram na trajetória da família. Com isso, justificam a emergência de novas interpretações que apontam o tabaco como uma renda extra, a qual, anteriormente era a renda principal, para famílias que ampliaram a diversificação da propriedade, principalmente na direção da produção de soja. Emerge, portanto, a construção de uma identidade de sojicultor na medida em que, segundo a interpretação dos agricultores, são ampliadas as políticas de incentivo à produção de soja, as oportunidades de mercado e o preço atrativo, bem como se reforça o desejo de diminuição da penosidade do trabalho, principalmente por parte dos jovens sucessores. Dessa forma, observa-se uma nova trajetória em direção à diminuição ou ao término da produção de tabaco para essas famílias que vêm apostando na diversificação, mas principalmente, na soja como substituição da renda do tabaco.

Com isso, apresentou-se as três direções encontradas nas trajetórias das famílias fumicultoras como indícios de mudanças na forma como elas interpretam e conduzem suas vidas vinculadas à produção de tabaco. Retomando, de forma geral, a rede de instituições que sustentam a fumiicultura no Rio Grande do Sul, observou-se que a lógica tradicional, de vínculo histórico e geracional com o tabaco, somado à lógica industrial de eficiência produtiva e rentabilidade do tabaco em áreas pequenas e dobradas, além da reivindicação de sentido do tabaco com o desenvolvimento, vem sendo rompida na trajetória dessas famílias, dando lugar a novas interpretações e significações com relação à produção de tabaco. Assim, novas interpretações emergem na relação com o actante tabaco e o Sistema Integrado de Produção na medida em que os grupos passam a desqualificar o tabaco quando o percebem como uma atividade que pode trazer malefícios à saúde da família, que somado ao trabalho penoso e a intensa necessidade de mão de obra, aliado aos baixos preços e a insegurança quanto à lucratividade. Esses grupos passam a justificar a produção de hortaliças, de gado de corte, de leite de vaca, de soja, derivados de cana-de-açúcar, dentre outras, como possibilidades rentáveis, menos trabalhosas e com menor necessidade de mão de obra que, somadas, podem transformar a vida das famílias fumicultoras.

Destaca-se que, apesar de metodologicamente, categorizar as famílias com vistas a identificar as interpretações e condutas compartilhadas nos seus direcionamentos de vida, a trajetória das famílias é bastante heterogênea. Isso porque, analisam-se aqui apenas as instituições vinculadas com a atividade produtiva, mas compreende-se que a realidade social é conformada por demais

instâncias da vida, não apenas, uma atividade profissional. Dando continuidade a análise das trajetórias das famílias, destaca-se também a heterogeneidade de famílias que, na análise, categorizamos como famílias que não demonstraram movimentos de mudança na forma como interpretam e conduzem a realidade, assim como, famílias que vem mudando as suas condutas na direção do que as empresas fumageiras almejam e orientam, conformando o que categorizamos, no capítulo anterior, como processo de reafirmação das instituições que sustentam a fumicultura.

A não mudança: manutenção dos vínculos com o tabaco até a aposentadoria ou o fim dos compromissos financeiros

Por fim, na análise realizada, destaca-se um grupo de agricultores que categorizamos como um processo de não mudança institucional. Nesse grupo, os agricultores manifestaram o seu descontentamento não apenas com a cadeia produtiva do tabaco, mas com a agricultura de maneira geral. Manifestaram inúmeras denúncias sobre as dificuldades do meio rural, encontrando na cadeia produtiva do tabaco, já estruturada, a única possibilidade de sobrevivência. Contudo, não fazem investimentos na direção de melhorias da produção de tabaco, bem como não seguem as mudanças exigidas pelas empresas. Esses, por sua vez, produzem o tabaco ano após ano visualizando o dia em que não terão mais empréstimos a pagar, estarão assegurados pela previdência social, possuindo uma renda mensal a qual poderão dar continuidade ao seu modo de vida camponês, tendo seus filhos, migrado para atividades não rurais. Desejos e planejamentos que manifestam um contexto futuro de muitas das propriedades familiares das regiões estudadas, bem como da diminuição do número de propriedades fumicultoras e de hectares cultivados com tabaco. Aspectos já demonstrados pelos dados dos últimos anos e pela interpretação de muitos agricultores e de seus representantes. Assim, não só a fumicultura, mas a produção agrícola está ameaçada pelo contexto do êxodo rural dos jovens e do envelhecimento da população rural, o que pode ser sentido pelas justificações das famílias analisadas nessa categoria (o que também é percebido nas narrativas das famílias em outras categorias).

Assim, das 28 famílias entrevistadas, 08 apostam na continuidade da produção de tabaco apesar dos descontentamentos com o excesso de trabalho e os pequenos rendimentos. Mesmo assim, continuam afirmando o tabaco como única possibilidade para pagar suas dívidas ou sustentar a família até a aposentadoria ou o fim dos compromissos financeiros. Entretanto, diferentemente das famílias que tem investido e adequado a produção de acordo com as exigências de qualidade das empresas, as famílias aqui relacionadas não querem investir mais na produção, mantendo-se até que o tabaco possa ser

cultivado ou dê rendimentos, assim, reclamam constantemente dos preços pagos pela produção. Estima-se que isso ocorra porque a qualidade do produto não condiz com a esperada pelas empresas, ou os agricultores não estão adequados aos novos padrões exigidos por elas e, dessa forma, dão andamento ao processo de seleção dos produtores “mais aptos” à produção de tabaco. Com diferentes trajetórias de vida, como parte da complexidade e heterogeneidade da vida social, as 08 famílias possuem produção diversificada conforme suas compreensões, principalmente para a segurança alimentar da família, o que é comercializado quando tem excedente, em grande parte, informalmente.

A aposentadoria rural é um dos focos dos agricultores que permite ou permitirá deixar de produzir o tabaco e, assim, viver a partir do modo de vida camponês de produção para o autoconsumo e venda do excedente. Marco apresentado pelas famílias de nº 02, 03, 16, 17, 20 e 21. Contudo, antes da aposentadoria, o marco para o fim do tabaco na propriedade da família nº 17 é o fim dos compromissos financeiros com a terra. A trajetória da família nº 17 na propriedade atual data de 2005, quando a família decidiu sair da cidade para morar no rural. O casal nasceu no rural e suas famílias trabalhavam como prestadores de serviço em atividades agrícolas como a soja e a cana-de-açúcar. Após viver um tempo no pequeno centro urbano, como trabalhador assalariado, o agricultor de 49 anos realizou o sonho de comprar terra a qual foi adquirida por meio do Banco da Terra e paga anualmente com os rendimentos da produção de tabaco. De acordo com a trajetória relatada pela família, os recursos advindos do tabaco têm garantido o pagamento da terra, sendo o Programa Bolsa Família, a produção para o consumo familiar e a venda de algumas coisas excedentes para familiares que moram na pequena cidade, que garantiram a sobrevivência da família na propriedade. Assim, com o pagamento do investimento com a terra, a família poderá pensar na possibilidade ou não de parar de produzir o tabaco, o que, segundo o agricultor de 50 anos, é um desejo se conseguir produzir outras coisas que garantam a sobrevivência da família.

Longe da aposentadoria, o jovem agricultor de 36 anos e presidente do Sindicato Rural que sucede a propriedade da sogra, defende a produção de tabaco como necessária para sua propriedade e afirma a interpretação de que é a única atividade que pode ser cultivada na área em que possui. Contudo, o excesso de trabalho penoso e o futuro incerto do tabaco é um determinante para pensar na aquisição de mais terras que lhe permitirão investir na produção de leite e, assim, possibilitar o futuro sem a produção de tabaco. As justificações do agricultor de 36 anos apontam para a necessidade de mais terra para a garantia da renda necessária que possa substituir a produção de tabaco. Interpretações que o fazem conduzir suas atividades rumo à aquisição de mais terra por meio do rendimento advindo da produção de tabaco. Apesar do agricultor de 36 anos (FAMÍLIA Nº08, 2015) apresentar o planejamento

futuro de investimentos que darão a possibilidade de finalizar a produção de tabaco, compreende-se que não houve mudança de pensamento em relação às qualidades do tabaco na mesma direção das famílias que apresentam mudanças na forma de interpretar a produção de tabaco. Em virtude disso, categoriza-se como integrante da perspectiva de manutenção das instituições que sustentam a fumicultura, sem mudanças de requalificação do tabaco no mesmo sentido das famílias que atendem as exigências das empresas. Assim, a família nº08 mantém a compreensão de que é o apenas o fumo que torna possível a sobrevivências nas condições de terra da sua propriedade, bem como é ele que traz o desenvolvimento para a sua região, o que não exclui os descontentamentos e que, assim, permite uma reflexão e um planejamento para o futuro.

Dessa forma, assim como os agricultores anteriormente citados, a produção de tabaco está ameaçada pela interpretação das famílias de que o tabaco será mantido até um marco estabelecido no planejamento da família, que vai da aposentadoria, ao pagamento dos compromissos financeiros e a aquisição de mais terras. A aposentadoria também é citada pelo representante da AFU-BRA como o principal motivador da diminuição da produção de tabaco ou de agricultores que produzem tabaco no futuro. Assim, diferentemente dos agricultores que apresentam o desejo de investir em outras formas de produção, conforme categorizado como processo de mudança institucional, observa-se que essas famílias, apesar de diversificar a propriedade, não apresentam as propriedades emergentes para a construção de novas instituições e novas identidades de produção. Dessa forma, ou ficarão com a produção de tabaco de forma marginal, conforme nossa compreensão, ou manterão um modo de vida camponês baseado na produção para o consumo e venda do excedente, atrelados a outros rendimentos como a aposentadoria.

Considerações finais

Fundamentado na análise do cenário local e global da fumicultura a partir do conjunto de críticas que desmoralizam a produção de tabaco, bem como transformações no ambiente, como relações comerciais, políticas públicas de ações de diversificação, esse artigo buscou analisar as transformações na vida dos agricultores familiares produtores de tabaco, com vistas a verificar se o contexto anteriormente apresentado vem afetando a forma como eles interpretam a produção de tabaco e conduzem as suas vidas. Compreende-se, portanto, que as críticas internas e externas às relações do Sistema Integrado de Produção de Tabaco mobilizam cotidianamente incertezas na vida dos atores envolvidos e, assim, exigem desses, processos de reflexão e respostas a ela, bem como transformações no ambiente que exigem adaptações. Dessa forma, foi possível identificar nas entrevistas com os agricultores, como, a

partir desse cenário, eles estão conduzindo suas vidas e, principalmente, quais as interpretações que dão sentido as suas realidades sociais atualmente.

Diante da análise focada nas entrevistas com 28 famílias produtoras de tabaco, observou-se que as interações entre as críticas externas e internas ao SIPT, construídas a partir de diferentes significados e qualidades, principalmente em relação ao tabaco, as transformações no ambiente concorrencial, produtivo, etc. promoveram variações nos hábitos de pensamento e comportamento dos agricultores produtores de tabaco. Diante dessa variação, grupos diferentes passaram a compartilhar justificações e condutas em resposta às incertezas que vêm abalando a realidade dessas famílias. As seleções ocorreram de acordo com suas histórias de vida, aptidões, diferentes interações, oportunidades, etc., um conjunto complexo de relações que não foi possível abarcar nesse estudo.

De forma mais específica, conseguiu-se identificar que esse movimento acarretou mudanças na forma como os agricultores interpretam e justificam a relação com o tabaco, mudando, muitas vezes suas condutas. Nessa categorização, três trajetórias distintas demonstram o que compreendemos como mudanças institucionais, em virtude de mudarem suas interpretações em relação ao tabaco como a única possibilidade de produção para as suas sobrevivências no contexto das terras que possuem, bem como, que é a única possibilidade de geração de desenvolvimento, abandonando, assim, seus vínculos históricos e geracionais com o tabaco e o conhecimento e a rotina em torno dele, dispostos a construir novos vínculos e novas identidades.

Primeiramente, destacou-se as famílias que, diante dessa mudança de pensamento, buscaram alternativas de produção em direção ao que as políticas públicas de diversificação vêm promovendo, conseguindo, dessa forma, finalizar os vínculos com a produção de tabaco. Destaca-se que, apesar de receberem assistência técnica de entidades locais e participarem de alguns programas governamentais, as mudanças foram possíveis a partir de iniciativas individuais, sem o apoio direto de entidades locais ou políticas públicas, destacando os rendimentos com o tabaco como possíveis para chegar nessa possibilidade de mudança.

Em segundo lugar, identificou-se o grupo de famílias que mudaram esse pensamento na mesma direção, mas ainda não conseguiram mudar suas condutas, visto que não tiveram, ainda, a possibilidade de encontrar em outras formas de produção, a sobrevivência da família. Essas reclamam da falta de apoio governamental e de entidades de assistência técnica que, principalmente, atuem com o auxílio na construção e busca de mercados. Destacam a necessidade de desburocratização de atividades que são incentivadas pelas políticas de diversificação, como criação de agroindústrias, produção de hortigranjeiros, bem como políticas públicas de financiamento a fundo perdido para iniciar uma nova atividade e acesso a tecnologias para a pequena produção.

Por fim, outra mudança institucional na direção da mudança na relação com o tabaco, orienta algumas famílias na direção dos investimentos para a produção de soja, transformando sua identidade de fumicultora em sojicultora. São famílias que se destacam pela diversificação da propriedade, seja para subsistência família, seja para a comercialização, mas tinham no tabaco a principal fonte de renda, pelo menos em suas justificativas. A aquisição de mais terras, ou a transformação das suas em terras próprias para o cultivo de soja, ou, ainda, o arrendamento dessas, aliado ao que consideram como incentivos das políticas públicas governamentais para a aquisição de maquinários para o cultivo de soja e o cenário comercial e políticas brasileiro de incentivo a essa produção, vem permitindo a migração do tabaco como renda principal, para a produção de soja. Isso está aliado ao descontentamento também manifestado em relação à produção de tabaco, seja pela saúde da família, seja pelo trabalho penoso, falta de mão de obra e baixa lucratividade, conforme também exposto pelas outras famílias categorizadas nos processos de mudança institucional. Destaca-se que, esse movimento, é principalmente promovido pelos jovens que vêm na produção de soja a possibilidade de permanência no rural.

Em outra direção, identificou-se dois grupos de famílias que compreendemos como trajetórias em direção a manutenção da produção de tabaco. Os dois grupos diferenciam-se pelas críticas em relação ao tabaco, bem como pela disposição em realizar investimentos em direção às novas exigências apresentadas pelas empresas fumageiras. O primeiro grupo apresentado refere-se a famílias que estão satisfeitos com a produção de tabaco, visto que possuem assistência das empresas, seguindo as suas orientações e, dessa forma, justificam que recebem dessas um valor condizente com a sua produção, o que por vezes não ocorre em virtude de frustrações da safra seja por intempéries, seja por relações comerciais internacionais. Ao conduzir as atividades da produção de tabaco em direção às exigências das empresas com a qualidade do tabaco, o não desmatamento, não utilização de mão de obra infantil, dentre outras ações, promovem, juntamente com as operações midiáticas da rede ABIFUMO, a requalificação do setor fumageiro e, dessa forma, reafirmam as instituições que sustentam a cadeia produtiva do tabaco. São analisadas nessa tese, como famílias consideradas mais “aptas” a continuidade da produção de tabaco, a qual tem como estimativa de futuro, a diminuição de produtores com maior qualidade de produção e manutenção da produção necessária para as empresas.

Por outro lado, salienta-se um grupo de produtores que mesmo construindo críticas em relação ao tabaco e a relação com o Sistema Integrado de Produção de Tabaco, não mudaram as suas interpretações, mantendo a produção até o alcance de alguns objetivos, por elas construídos, como marcos que são estipulados para o fim da produção de tabaco. Apesar das críticas, essas famílias continuam a justificar a produção de tabaco, na mesma direção

das famílias anteriormente apresentadas, de que o tabaco é a salvação para as suas propriedades, o qual gerou a sobrevivência e o desenvolvimento da propriedade até então. Contudo, consideram um trabalho penoso, bem como reclamam da lucratividade e da relação com as empresas fumageiras. Assim, planejam continuar a produção de tabaco até a aposentadoria, o fim dos compromissos financeiros ou, ainda, a aquisição de mais terras que permitirão pensar em outra atividade. Em grande parte, essas famílias almejam continuar o seu modo de vida camponês de produção para a subsistência e venda do excedente, desde que tenham uma renda fixa que os mantém. Essas são alheias a novos compromissos financeiros, visto que são os investimentos com a produção de tabaco que os mantêm atrelados a ele, por isso, em grande parte das famílias, os investimentos em uma nova atividade não são bem vindos.

Em uma visão geral das regiões analisadas, com foco na trajetória de vida dessas famílias, somado à análise da conduta das empresas fumageiras, estima-se que o setor fumageiro no Brasil tomará o rumo de outras produções baseadas no Sistema Integrado de Produção, as quais focaram na diminuição do número de produtores e na qualidade do produto, selecionando os produtores mais “aptos” ao sistema e às novas exigências legais e do mercado. Conduta que é confirmada por um grupo de agricultores que apostam nessa perspectiva de futuro. Como consequência disso, produtores estão sendo excluídos do sistema os quais necessitam de um apoio governamental para a mudança de suas realidades. Por um lado, alguns agricultores conseguem adaptar-se a novas condições, buscando mercados de proximidade para a produção de hortigranjeiros, a criação de agroindústrias ou criação de gado de corte, ou ainda, adentrando em outras cadeias produtivas como a do leite e da soja. Contudo, nesse universo, observa-se muitos agricultores que não visualizam novas possibilidades e estão atrelados a uma condição que eles não consideram favorável, mas que, diante das possibilidades, ainda é a condição que os permite viver no rural. Nesse universo, observa-se o crescente êxodo rural, principalmente dos jovens, fator que os entrevistados consideram a causa para o possível fim ou a diminuição do tabaco nessas regiões, bem como da produção de alimentos.

REFERÊNCIAS

AGNE, C. L. **Mudanças institucionais na agricultura familiar**: as políticas locais e as políticas públicas nas trajetórias das famílias nas atividades de processamento de alimentos no Rio Grande do Sul. 2014. 260f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BOLTANSKI, L. **On Critique**: a sociology of emancipation. (translated by Gregory Elliott). Cambridge, UK: Polity Press, 2011.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **On Justification**: Economies of Worth (translated by Catherine Porter) Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2006, 400 pp.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003.

HODGSON, G. Generalizing darwinism to social evolution: some early attempts. **Journal of Economic Issues**, Salisbery, v. 34, n. 4, p. 899-914, Dec. 2005.

HODGSON, G. **The evolution of institutional economics**: agency, structure and darwinism un-American institutionalism. New York: Routledge, 2004. 534 p.

HODGSON, G. What are institutions? **Journal of Economic Issues**, Salisbury, v. 40, n. 1, p. 1-25, Mar. 2006.

SCHEIBLER, J. L. A emergência de fóruns reguladores globais: relações e conflitos entre atores locais no processo de regulação do tabaco. 2006. 149f. Dissertação (**Mestrado em Desenvolvimento Rural**) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SCHNEIDER, S. Diversificação como estratégia de desenvolvimento rural: referências teóricas para construção de alternativas economicamente sustentáveis de diversificação da produção e renda em áreas de cultivo de tabaco

no Brasil – subsídios à implementação dos Artigos 17 e 18 da Convenção Quadro para Controle do Tabaco. **Relatório**. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Porto Alegre: OMS (Organização Mundial da Saúde), 2010.

SILVA, L. X. A cadeia agroindustrial de fumos claros do sul do Brasil e a “Convenção-Quadro para o controle do Tabaco”: estratégias e perspectivas. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de economia, administração e sociologia rural (SOBER). **Anais** [...], Rio Branco – Acre, Universidade Federal do Acre, 2008.

THÉRET, B. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, p. 225- 254, 2003.

VEBLEN, T. **A Teoria da Classe Ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Abril Cultural, 1983.